



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Diretoria de Gestão Institucional

Coordenação-Geral de Governança de Fundos

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT

Abertura: Aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto de 2019, às 14:00 horas, na Sala de Reunião dos Conselhos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 5º andar, Brasília - DF, foi iniciada a reunião, com a participação dos seguintes membros e convidados do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CD/FNDCT): Sr. **Marcos Cesar Pontes**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC; Sr. **Julio Francisco Semeghini Neto**, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, suplente do Presidente do CD/FNDCT; dos Conselheiros Sr. **Waldemar Barroso Magno Neto**, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; Sr. **João Luiz Filgueiras de Azevedo**, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o suplente Sr. **Manoel da Silva**; Sr. **Luis Felipe Salin Monteiro**, do Ministério da Economia; Sr. **Anderson Ribeiro Correia**, do Ministério da Educação e a Suplente Sra. **Sônia Nair Bão**; Sr. **Bruno dos Santos Figueiredo Brasil**, da Embrapa; e dos representantes titulares da Comunidade Científica Sr. **Carlos Augusto Grabois Gadelha**, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Sr. **Glaucius Oliva**, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (em vídeo); Sra. **Gianna Cardoso Sagazio** e Sr. **Jorge Luis Nicolas Audy**, titulares do Setor Empresarial e a suplente Sra. **Idenilza Moreira Miranda**; Sr. **Sérgio Luiz Leite**, titular dos Trabalhadores da área de C&T; e ainda com a presença de membros das equipes técnicas da Finep: Marcelo Silva de Castro Bortolini, Janaína Prevot Nascimento, Alberto Dantas, Adriana Haguenuer, Fernando Nielander Ribeiro, Daniela Pedras e Fábio Torres; do Ministério da Defesa: João Gonçalves Festas; da Diretoria de Gestão Institucional - DGI do MCTIC: Johnny Ferreira dos Santos, Yuri Rafael Della Giustina, Lilian Rose Peters, Marcela Galo Teodoro, Maria Elisabeth Oliveira Saavedra Rivano, Rubens Gallina, Jair Rocha Alves, Elisa Volker dos Santos; do BNDES: Gustavo Gimenez Nonato; da Secretaria Executiva - SEXEC do MCTIC: Raul Arakaki, Carlos Alberto Flora Baptistucci; da Secretaria de Radiodifusão – SERAD do MCTIC: Elifas Gurgel; da Secretaria de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle – SEPLA do MCTIC: Manuelita Marinho e Antônio F. Neto; da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI do MCTIC: Paulo C. R. C. Alvim; da Secretaria de Tecnologias Aplicadas – SETAP do MCTIC: Maurício R. Gonçalves; da Secretaria de Telecomunicações – SETEL do MCTIC: Vitor Menezes; do Gabinete do Ministro: Márcio Nobre Migon; do Ministério da Economia: Luciano Cunha de Souza. Foi assinada a lista de presença. O Sr. Ministro Marcos Cesar Pontes procedeu à abertura da reunião lembrando a importância do Fundo, de seus 50 anos de vida, citou que a reserva de contingência, a que está submetido, é uma questão sempre problemática. A seguir deu início à reunião passando a tratar dos itens constantes da pauta: **1. Ciência da Ata da 16ª reunião do Conselho Diretor do FNDCT:** o Sr. Johnny Ferreira dos Santos explicou aos presentes que se tratava da Ata da 16ª reunião Conselho Diretor do FNDCT, que havia sido previamente encaminhada a todos por meio de correio eletrônico, e solicitou a ciência da referida ata. Neste momento, o secretário executivo Julio Francisco Semeghini Neto informou aos presentes que já havia sido agendada uma reunião sobre o PPI, com o Presidente da República, em que o ministro fora convocado, justificando assim sua saída antecipada da reunião. **2. Apresentação do FNDCT:** em seguida, foi passada a palavra ao Sr. Yuri Rafael Della Giustina, Coordenador-Geral de Governança de Fundos – CGGF/ MCTIC para que fosse apresentada aos membros do conselho uma visão geral do FNDCT. Ele iniciou a apresentação com o histórico legal do fundo, desde sua criação em 31/07/1969 com o Decreto Lei 719/1969, passando pela criação dos fundos setoriais nos anos 2000 até o Decreto nº 9.283 de 07/02/2018, que instituiu o Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, propondo alterações de regras importantes e favorecendo

a criação de um ambiente de inovação mais dinâmico no Brasil. Em seguida, mostrando a complexidade do fundo, apresentou a estrutura de governança do FNDCT que, nos dias de hoje, possui quatro níveis decisórios, além da evolução das dotações orçamentárias onde, a partir de 2016, começava a apresentar um sério problema de contingenciamento, R\$ 1,7 bilhão em 2016, R\$ 1,47 bilhão em 2017, R\$ 2,3 bilhões em 2018, chegando a R\$ 3,4 bilhões em 2019. Foi apresentado também um quadro contendo o histórico de arrecadação, dotação (LOA) e empenhos, que evidenciam além do contingenciamento, o severo limite de empenho imposto aos recursos não reembolsáveis do fundo. Ao final foi apresentado o comparativo de arrecadação de cada um dos Fundos Setoriais que compõem os recursos orçamentários do FNDCT no ano de 2018, informando que foi de R\$ 5,1 bilhões, além do montante correspondente ao retorno do empréstimo do fundo à Finep e dos investimentos em fundos de empresas emergentes, que perfazia um total de R\$ 1,2 bilhão ainda nesse exercício. Desta forma, informou que no ano de 2018 os valores arrecadados para o FNDCT totalizaram R\$ 6,3 bilhões de reais. Neste momento, a Sra. Gianna Cardoso Sagazio interveio e sugeriu que, antes da saída do Ministro, os membros pudessem discutir dados importantes na presença dele. Essa demanda foi prontamente aceita pelo Sr. Ministro. Em continuidade, a Sra. Gianna colocou aos demais que, analisando os documentos previamente encaminhados, podia-se perceber que a arrecadação continuava em alta, sendo que em 2019 ela foi 23% maior que no mesmo período de 2018. Porém, devido ao contingenciamento e ao limite de empenho, comentou que a conta não fechava. Segundo ela, *“a reserva de contingência também subiu, este ano ela é de R\$ 3,29 bilhões, contra 2,33 bilhões em 2018, o orçamento do FNDCT aprovado na LOA foi de R\$ 851 milhões, mas com limite de empenho ficou ainda menor, ele foi para R\$ 589 milhões de reais. No primeiro semestre foram empenhados R\$ 461 milhões. A equalização de juros tem sido a principal política de subvenção, mas ela é coberta com os juros que a Finep paga para o FNDCT, pelos empréstimos reembolsáveis. Ou seja, não é com os recursos do FNDCT, mas com os recursos próprios da Finep. A conta esse ano então parece que não fecha, falta pouco mais de R\$ 2 milhões (acho que são bilhões) para cobrir os restos à pagar e alguns projetos de subvenção já aprovados que aguardam a contratações este ano. A equalização vai diminuir projetos contratados à partir do segundo semestre desse ano, eles vão ter a taxa de equalização reduzida em 1% ao ano. O plano de investimento para subvenção este ano não inclui nenhuma nova chamada e o plano para os reembolsáveis segue com os programas já existentes. Então, analisando rapidamente esta situação, nós achamos, falando em nome da CNI e da MEI, que é urgente uma negociação com o Ministério da Economia, para descontingenciar o orçamento do FNDCT”*. Diante deste quadro, ela, falando em nome da CNI e da MEI, sugeriu que seria urgente uma negociação com o Ministério da Economia para descontingenciar o orçamento do FNDCT. A título de motivação para a negociação, trouxe dados da indústria, informando que, nos dias de hoje, a indústria de transformação no Brasil encolheu e que agora representava apenas 11,3% do PIB, com níveis semelhantes aos da década de 40 do século passado. Citou ainda que a CNI teve um resultado ruim no Índice Global de Inovação, levando-se em conta uma queda nesse índice de duas posições. Assim, a CNI e a MEI sinalizaram a importância do FNDCT reforçando que ele seria peça fundamental para a indústria reagir e caminhar de fato para o desenvolvimento do país. O Ministro, em resposta, agradeceu a participação da representante do setor empresarial, concordando com a posição exposta, comentando a relevância da ciência, essencial para o país, em todas as áreas, não só para a indústria, e insistiu que esta negociação era fundamental e que já vinha sendo feita pelo ministério. Deste modo, passou a palavra ao Sr. Carlos Alberto Flora Baptistucci, Secretário Executivo Adjunto, para que ele discorresse acerca das tratativas, no tocante a esse assunto, uma vez que ele era a pessoa, dentro do ministério, que vinha cuidando dessa questão mais de perto. O Sr. Carlos Alberto comentou que o cenário atual era uma realidade fiscal imposta para todo o país, e informou que o MCTIC vinha conversando com o Ministério da Economia, em busca de alternativas, sendo uma delas a mudança da forma como a Finep remunera os empréstimos, hoje baseado na TJLP. Ele ainda afirmou que, caso conseguissem uma boa negociação, esperavam que não se utilizasse mais os recursos não reembolsáveis para equalização de juros. O Sr. Waldemar Barroso Magno, presidente da Finep, informou que o contingenciamento fez a Finep realizar estudos para redução de taxas e para baixar o *spread* bancário, entre outras iniciativas. A Sra. Gianna propôs colocar o setor empresarial à disposição para toda negociação que se fizer necessária. O Ministro interveio dizendo que decidiu fazer uma série de discussões periódicas e de forma que as reuniões ficassem mais próximas. O Sr. Carlos Gadelha, representante da SBPC, se apresentou e reforçou a importância do FNDCT e ressaltou a questão drástica que o contingenciamento representava, uma vez que existe uma sinergia muito importante entre inovação e recursos públicos. Exemplificou que Harvard tem suas pesquisas sustentadas com recursos

públicos e lembrou a todos que não teríamos respondido ao Zika Vírus sem os recursos de C&T. Terminou sua exposição lembrando que se deve convencer a área econômica do governo a respeito da importância da ciência e tecnologia para enfrentar gargalos. Neste momento, o Ministro agradeceu aos membros que se dispuseram a contribuir com o tema de tamanha importância, lembrou que todos os países desenvolvidos possuem uma área de C&T forte, desculpou-se pela necessidade de se ausentar e saiu para a reunião do PPI com o Presidente da República, acompanhado do Secretário Executivo. Este, antes de sair, solicitou ao Secretário Executivo Adjunto que continuasse conduzindo a reunião. Em seguida, a palavra foi passada para o presidente da Finep, que apresentou aos presentes alguns dos mais relevantes projetos que foram fomentados com o apoio da Finep. Informou que a Finep pretendia investir em Parques Tecnológicos e que a atuação da agência iria desde a pesquisa básica até a infraestrutura. Exemplificou mostrando projetos como o Centelha, Tecnova e Startup. Informou que a Finep está cada vez mais alinhada ao MCTIC, sinalizando que trabalharia em fina sintonia com as secretarias do ministério. Lembrou a todos que o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia é um conjunto de entes que trabalham em interação e reforçou que as prioridades do MCTIC seriam consideradas como um farol para a Finep. Citou o processo de planejamento estratégico que o MCTIC estava desenvolvendo e informou que ele seria seguido pela Finep, e colocou que a agência estava num processo de racionalização de gastos, já tendo diminuído uma diretoria na estrutura organizacional e tomando medidas para a mudança do Ventura para o endereço próprio na Praia do Flamengo. Citou também a criação de uma corregedoria. Enfatizou o alinhamento da agência na execução da política do MCTIC. Em seguida foi passada a palavra ao presidente do CNPq, Sr. João Luiz Filgueiras de Azevedo, para o item 3 da pauta. **3. Apresentação CNPq:** o presidente iniciou sua apresentação ressaltando a importância do FNDCT, uma vez que uma parcela significativa do CNPq vem de recursos do fundo. Passou a palavra ao Sr. Manoel da Silva, suplente, para que ele apresentasse os dados da agência. O Sr. Manoel explicou aos presentes as principais ações desenvolvidas pelo CNPq explicitando a contribuição do FNDCT divididos para os próximos dois anos. Entre eles o Edital Universal, o Programa INCT 2014/16, o PROANTAR, as bolsas PCI fundamentais para os Institutos ligados ao MCTIC, o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro – RMB e o projeto ARC que fomenta eventos científicos em todo o país. Assinalou ainda que o ano de 2021 encontra-se vazio no quadro, pois não havia previsão de recursos assegurados para esse ano. Em seguida, foi apresentado o histórico do orçamento do CNPq, onde foi apresentada uma série histórica da execução orçamentária dos recursos do FNDCT na agência. No quadro ficou evidente a importante queda que aconteceu a partir de 2015. Comentou que era importante lembrar que o aumento do orçamento nos anos 2013 a 2015 deveu-se ao incremento do Programa Ciências sem Fronteiras. Sem este programa, como poderia ser observado nos anos anteriores a 2013, a média do orçamento do FNDCT em execução na agência girava em torno de 500 milhões ao ano. A partir de 2016 a queda ficou evidente, deixando a agência em situação bastante crítica e preocupante. A apresentação suscitou nos membros uma série de questionamentos, principalmente do Sr. Glaucius Oliva, que participava via vídeo, sobre a situação de empenho e sobre as bolsas dos projetos do FNDCT, operadas pelo CNPq. O presidente do CNPq esclareceu que as notícias que circulam na mídia referiam-se a bolsas que deveriam ser pagas com recursos próprios do CNPq, que o déficit de orçamento da ordem de 330 milhões de reais, não tem nada a ver com os recursos do FNDCT. Desta forma, insistiu que, quanto às bolsas que dependem de recursos do FNDCT, estas seriam pagas assim que receberem o financeiro. A sra. Janaína Prevot Nascimento explicou que os valores citados estavam corretos, e informou que a Finep repassou o orçamento para os projetos e que o financeiro estava sendo repassado regularmente para as bolsas da Finep para o CNPq. Em seguida, passou-se ao próximo ponto de pauta. **4. Aprovação do Relatório de Gestão – 2019/2018 e Relatório de Resultados-2018:** o Sr. Johnny, Diretor de Gestão Institucional – DGI do MCTIC, informou aos membros que o Relatório de Gestão tem um prazo para ser entregue ao TCU, para ser inserido no portal E-Contas. Com a mudança de governo e tendo em vista que o Conselho Diretor ainda não estava atualizado até então, foi negociado com o TCU o envio no prazo correto, devendo ser submetido à apreciação deste conselho na primeira reunião do ano. O relatório foi apresentado pela Sra. Janaína que explicou que o Relatório de Gestão é a peça principal de prestação de contas do FNDCT aos órgãos de controle, sendo que dele derivam as recomendações desses órgãos. Ele integra uma visão orçamentária e, cada vez mais, os órgãos de controle solicitam uma visão mais qualitativa das atividades finalísticas do fundo. Neste sentido, a Finep reestruturou todo o relatório, dividindo em partes, de forma a propiciar esta visão finalística e deve continuar aperfeiçoando-o no próximo exercício, de forma a aproximá-lo da visão de Relatório Integrado, demandada pelo TCU. Então, foi apresentado um resumo das principais

questões trazidas no relatório, iniciando por uma visão geral da unidade, governança e planejamento estratégico, resultados da gestão, as questões relacionadas à gestão de riscos e controles internos, as áreas especiais de gestão, o relacionamento com a sociedade, informações contábeis, a conformidade da gestão, e as demandas dos órgãos de controle. Em seguida, a Sra. Adriana Haguener da Finep, apresentou o Relatório de Resultados, explicou que ele nasce de uma determinação do Acórdão 3440/2013 e vem sendo apresentado a cada ano, seguindo a determinação de manter relatórios anuais de avaliação, nos termos do art. 9º, IX, da Lei 11.540/2007. Após a apresentação do relatório, foi aberta a palavra aos membros. A Sra. Gianna perguntou se os órgãos de controle questionam o contingenciamento. O Sr. Johnny explicou que sim, e que este tema era exaustivamente discutido com eles, mas que não tem sido fácil, pois se tratava de um quadro fiscal geral no governo. Informou que todo o corpo diretivo do ministério vinha fazendo um esforço para reverter este cenário, porém sem sucesso, o que ficava evidente, uma vez que impactava os resultados do fundo. O Secretário Executivo Adjunto informou que o ministério teve uma reunião específica com o pessoal do TCU a respeito desse tema, até questionando umas informações que eles teriam provenientes do ME sobre custo/oportunidade em investimentos do FNDCT, demonstrando que o conceito de custo/oportunidade, cuja fórmula fora criada com ajuda do próprio TCU junto com o ME, não traduzia uma realidade. Só para exemplificar, falou sobre uma apresentação do TCU, na qual foi dito que os benefícios orçamentários financeiros do FNDCT em 2017 teriam sido da ordem de quase R\$ 5 bilhões, quando se sabia que a utilização dos recursos orçamentários e financeiros deste ano não teria passado da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Em outra reunião nos informaram que, para eles, a fórmula revelava o quanto o governo economizaria se deixasse de utilizar o fundo. E terminou dizendo que o MCTIC ainda não havia conseguido avançar nessa discussão com o ME. A Sra. Gianna perguntou qual o setor do ME que faz análise de custo/oportunidade. Foi informado que o MCTIC estava trabalhando para marcar uma reunião com o TCU para aprofundar discussões a esse respeito. As informações contidas nos dois relatórios promovem debates contínuos. O Sr. Bortolini, da Finep, informou que o orçamento para 2018 foi restrito, que para 2019 não havia expectativa de grandes novas ações, e que, provavelmente, para 2020 tampouco haveria probabilidade de novas contratações. O Secretário Executivo Adjunto, Sr. Carlos Aberto, citou a reserva de contingência que era imposta pelo ME, falou das tentativas de se reverter, porém lembrou que a Emenda Constitucional do Teto de Gastos impediria. Comentou que havia uma crítica colocada pelo representante do Ministério da Defesa, que o relatório não deixava claro os impactos, e sugeriu que se publique os resultados na página do FNDCT. A Sra. Adriana, da Finep, interveio e explicou que o MAG estava sendo elaborado exatamente para se estudar esses impactos. Depois de vasta discussão, o Sr. Johnny colocou em votação os relatórios que obtiveram a aprovação de todos, com exceção do representante do ME que se absteve, segundo ele, por não ter participado de reuniões anteriores. Foram dados como aprovados os Relatórios de Gestão e o de Resultados de 2018. **5. Aprovação dos Planos Anuais de Investimento (Reembolsável e não-reembolsável) – 2019:** a seguir foram apresentados os Planos Anuais de Investimento reembolsável e não reembolsável. Os planos, previamente encaminhados por via eletrônica aos membros, foram apresentados pela Sra. Janaína. A representante da Finep informou que até o mês de abril a agência havia seguido as prioridades colocadas no Plano de Investimentos, ressaltou, porém, que, a partir de abril, com a portaria de limite de empenho, foi definida uma nova priorização, que está no Plano de Investimento para apreciação do Conselho. Informou-se que para 2019, só com os projetos já assumidos, seria preciso R\$ 1,1 bilhão, porém, o limite de empenho foi fixado em R\$ 590 milhões, de maneira que seria necessário priorizar. O Sr. Glaucius Oliva alertou que, em relação ao descrito no item 12 do Plano de Investimentos não reembolsável, o plano apresentado estava muito conservador, se resignando a um quadro orçamentário restritivo, demonstrando que nada tinha sido colocado para 2021, e alertou que, sem demandas novas, com um processo longo de lançamento, correria-se o risco de não existirem projetos quando esse cenário melhorasse. Depois de uma vasta discussão sobre os cenários, a potencialidade da arrecadação e o crescente aumento do contingenciamento, todos os problemas e riscos discutidos foram colocados para aprovação dos dois planos. Houve o impasse sobre aprovar ou não um plano reduzido, comprimido pelo cenário orçamentário. Ficou então decidido que seria colocado na resolução de aprovação do plano não reembolsável um artigo que sinalizasse a possibilidade de expansão caso as negociações orçamentárias e financeiras avançasse junto ao ME, ficando nestes termos: *“O Conselho Diretor recomenda que o MCTIC permaneça empreendendo esforços junto ao Ministério da Economia no sentido da ampliação dos recursos atribuídos ao Fundo. Diante da insuficiência das disponibilidades orçamentárias atuais em relação às demandas, na hipótese de disponibilidade*

orçamentária adicional, deverá ser submetida à deliberação do Conselho Diretor do FNDCT proposta de ampliação do conjunto das ações previstas no Plano Anual de Investimento”. Desta forma, pacificou-se os entendimentos e os membros aprovaram os planos anuais de investimento reembolsável e não reembolsável. **6. Apresentação Plano de Providências Permanente - 2018 / CGU / TCU:** o próximo ponto de pauta foi apresentado pelo Sr. Yuri, que apresentou aos presentes os três processos de auditoria sofridos pelo FNDCT nos anos de 2017, 2018 e 2019, a saber. A Auditoria Anual de Contas CGU sobre o FNDCT 2017, em que foi auditado o ano de 2016, com aprofundamento dos aspectos estratégicos (seleção de ações, projetos ou programas, plano de investimentos do FNDCT), inclusive de anos anteriores. Em 2018, a auditoria da CGU, que trabalhou no Plano de Providências as recomendações elencadas no ano de 2017. Em 2019, a auditoria focou nos Fundos Setoriais, já tendo sido consolidadas as respectivas recomendações. O Coordenador Geral de Governança de Fundos esclareceu que chegou ao conhecimento do MCTIC e da Finep o Acórdão do TCU 1866/2019, que reforçava as recomendações da CGU oriundas da auditoria feita em 2017, além de propor algumas outras recomendações. Foi explicado o documento CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO E APURAÇÃO DAS METAS FÍSICAS DO FNDCT, enviado previamente para apreciação dos Conselheiros, no qual constavam os procedimentos para atendimento às recomendações 176121 e 176122. O documento apresentado foi aprovado por unanimidade. Em relação à Recomendação 176123, o Conselho ratificou o entendimento da gestão anterior e acatou sugestão de uma conversa do MCTIC com a CGU, visando dar por atendida essa recomendação. Quanto às demais recomendações, o Sr. Yuri informou que estavam sendo construídos entendimentos para saná-las e, à medida do possível, seriam tratados nas próximas reuniões. **7. Apreciação do Regimento Interno do CD/FNDCT:** passou-se então à apreciação do documento Regimento Interno do Conselho Diretor do FNDCT, previamente encaminhado via eletrônica, . Entretanto, após a apresentação do documento pelo Sr. Yuri aos membros, devido sua complexidade, ficou aprovado apenas o capítulo que tratou da possibilidade de deliberação eletrônica pelo Conselho. Neste sentido, foi apresentado o “Art. 13-A”, a saber, - “Quando considerar conveniente, em razão de economicidade e celeridade processual, ou por provocação de ao menos 2 (dois) Conselheiros, o Presidente, diretamente ou por delegação à Secretaria-Executiva do MCTIC, poderá submeter matérias à consulta ou deliberação, por meio eletrônico, aos membros do Colegiado. § 1º O processo de consulta ou de deliberação deve ser iniciado por mensagem eletrônica que contenha a indicação precisa da matéria, prazo para resposta e referência explícita a esta 17ª Reunião Ordinária. § 2º As mensagens eletrônicas contendo propostas de deliberação devem ser dirigidas aos Conselheiros, que deverão respondê-las diretamente. § 3º A falta de manifestação será considerada abstenção. § 4º O Conselheiro não pode se manifestar por meio de terceiros, exceto por seus suplentes. § 5º Havendo solicitação expressa de no mínimo 4 (quatro) Conselheiros para a não utilização do meio eletrônico para deliberação em determinada matéria, o procedimento deve ser encerrado e o tema levado para deliberação em plenário. § 6º Em caso de deliberação eletrônica a decisão se dará por maioria dos membros do Conselho. § 7º Encerrada a discussão ou deliberação, cabe à Secretaria-Executiva do MCTIC dar ciência aos Conselheiros dos votos apresentados, do resultado, bem como das providências a serem adotadas.”, cuja aprovação se deu no item de pauta 9. Outros Assuntos. Ao final, ficou decidido que todo o restante do documento seria trabalhado com os conselheiros por via eletrônica até que todas as dúvidas fossem exauridas. **8. Aprovação da Resolução e da Portaria do Modelo de Avaliação Global – MAG/FNDCT:** este último ponto de pauta foi necessário devido ao Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para propostas de recriação de colegiados extintos. A intenção era de reformular o Grupo Assessor do Modelo Integral de Avaliação Global - Gaava, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para fins de assessoramento do Conselho Diretor do FNDCT. A proposta era de reduzir o Gaava para que ficasse restrito ao MCTIC, CNPq e Finep, porém os representantes do setor empresarial, na pessoa da Sra. Gianna pela CNI, e o representante da Embrapa, solicitaram participação, que foram prontamente aprovadas pelos presentes, alterando a composição deste comitê com mais duas participações. Sem mais, deu-se por terminada a reunião. **9. Outros Assuntos:** o Conselho Diretor do FNDCT recomenda ao MCTIC que mantenha os esforços para alteração da taxa de juros atribuída aos empréstimos do fundo à Finep, atualmente TJLP, de modo a assegurar que os financiamentos a projetos de inovação para empresas sejam concedidos em condições adequadas ao risco inerente às atividades de inovação, e que sejam atrativas ao mercado. Também houve a ratificação da aprovação do Art. 13-A, que diz respeito ao procedimento para deliberação eletrônica, descrito no item 7 desta ata. Encerramento: Encontram-se anexadas à presente Ata as apresentações referentes aos itens: 2. Apresentação FNDCT

(Feitas pelo Sr. Yuri e pelo Sr. Valdemar Barros); 3. Apresentação CNPq (feita pelo Sr. Manoel da Silva); 4. Aprovação do Relatório de Gestão – 2019/2018 (feita pela Sr. Janaína) e Relatório de Resultados – 2018 (Feita pela Sra. Adriana Haguenaer); 5. Aprovação dos Planos Anuais de Investimento Reembolsável e não-reembolsável (Feita pela Sra. Janaína) – 2019; 6. Apresentação do Plano de Providências Permanente - 2018 / CGU / TCU (Feita pelo Sr. Yuri); 7. Apreciação do Regimento Interno do CD/FNDCT (Feita pelo Sr. Yuri); e 8. Aprovação da Resolução e da Portaria do Modelo de Avaliação Global – MAG/FNDCT (Feita pelo Sr. Yuri). Em nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 19h30.

MARCOS CESAR PONTES

Presidente do Conselho Diretor do FNDCT



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 18/06/2020, às 10:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5589603** e o código CRC **D037244F**.